

Boletim

2020

30 de setembro

Estatísticas Fiscais do Governo Geral

2º Trimestre de 2020

Ministro da Economia

Paulo Roberto Nunes Guedes

Secretário-Executivo do Ministério da Economia

Marcelo Pacheco dos Guaranys

Secretário Especial da Fazenda

Waldery Rodrigues Júnior

Secretário do Tesouro Nacional

Bruno Funchal

Secretário Adjunto do Tesouro Nacional

Otávio Ladeira de Medeiros

Subsecretário de Planejamento Estratégico da Política Fiscal

Pedro Jucá Maciel

Coordenador Geral de Estudos Econômico-Fiscais

Rafael Cavalcanti de Araújo

Coordenador de Estudos Econômico-Fiscais

Alex Pereira Benício

Equipe Técnica

Artur Henrique da Silva Santos

Gabriel Gdalevici Junqueira

Karla de Lima Rocha

Luciana de Almeida Toldo

Arte

Assessoria de Comunicação Social do Tesouro Nacional

Viviane Barros e Hugo Pullen

Informações

Assessoria de Comunicação Social do Tesouro Nacional

Telefone: (61) 3412-1843

Correio eletrônico ascom@tesouro.gov.br

Disponível em: www.tesourotransparente.gov.br

**Permitida a reprodução total ou parcial desta publicação desde que citada a fonte.*

Última alteração: 30 de setembro de 2020

Sumário

1. Receitas do Governo Geral	8
2. Despesas do Governo Geral	10
3. Investimento líquido do Governo Geral	12
4. Notas Metodológicas	14
4.1. Apresentação	14
4.2. Abrangência	14
4.2.1. Governo central.....	15
4.2.2. Governos subnacionais (estados e municípios)	15
4.3. Fontes e metodologia	15
4.3.1. Bases de dados	15
4.3.2. Base de registro	16
4.3.3. Consolidação	17
4.4. Indicadores GFS	17
4.4.1. Demonstrativo de Operações.....	17
4.4.2. Demonstrativo de Fontes e Usos de Caixa	18
4.5. Revisões	18
4.6. Comparações com outras estatísticas fiscais	19
4.7. Fontes externas e publicações relacionadas	20

Lista de Gráficos e Tabelas

Tabela 1 - Demonstrativo de operações do governo geral – Brasil - 1º Trimestre de 2020	6
Tabela 2 - Demonstrativo de operações do governo geral – Brasil – 2019/2020.....	6
Tabela 3 - Demonstrativo da receita do governo geral – Brasil – 1º Trimestre de 2020	8
Tabela 4 - Demonstrativo da receita do governo geral – Brasil – 2019/2020	8
Tabela 5 - Demonstrativo da despesa do governo geral – Brasil – 1º Trimestre de 2020	10
Tabela 6 - Demonstrativo da despesa do governo geral – Brasil – 2019/2020	10
Tabela 7 - Demonstrativo de transações com ativos não financeiros do governo geral – Brasil – 1º Trimestre de 2020.....	12
Tabela 8 - Demonstrativo de transações com ativos não financeiros do governo geral – Brasil – 2019/2020.....	12
Gráfico 1 – Necessidade de financiamento líquida por esfera de governo – 2019/2020.....	7
Gráfico 2 - Receitas, despesas e investimento líquido do governo geral – 2019/2020.....	7
Gráfico 3 - Evolução das receitas por esfera de governo – 2019/2020	9
Gráfico 4 - Composição das receitas do governo geral – 2019/2020	9
Gráfico 6 - Composição das despesas do governo geral - 2019/2020	11
Gráfico 5 - Evolução das despesas por esfera de governo - 2019/2020.....	11
Gráfico 7 - Evolução do investimento líquido por esfera de governo - 2019/2020.....	13
Gráfico 8 - Composição dos ativos fixos (FBCF ²) do governo central – 2020.I.....	13

Sumário Executivo

O Boletim de Estatísticas Fiscais do Governo Geral traz estatísticas das três esferas de governo – Governo Central, Estados e Municípios – consolidadas no setor Governo Geral, apuradas pelo regime de competência¹. A publicação faz parte do esforço do Tesouro Nacional de convergência às melhores práticas internacionais de transparência fiscal e antecipa o cumprimento de recomendação do G-20 acerca da disseminação de dados fiscais.

No 2º trimestre de 2020, o total da receita do Governo Geral apresentou queda nominal de 23,8% em relação ao mesmo período do ano anterior. Em meio à pandemia da Covid-19, todas as receitas foram fortemente afetadas, influenciadas principalmente pela redução dos impostos, que representaram queda de 23,05%. Em termos de porcentagem do PIB, a receita reduziu 7 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior, passando de 40,3% do PIB para 33,3% do PIB.

Por outro lado, as despesas tiveram acréscimo nominal de 19,8%, com destaque para a significativa elevação da despesa com benefícios sociais (70,1%). Por sua vez, houve importante queda da despesa com juros (38,6%). No que se refere à porcentagem do PIB, as despesas alcançaram 60,7% do PIB, ante a 46,7% do PIB no mesmo período do ano anterior.

A aquisição de ativos não financeiros (investimento) do Governo Geral registrou acréscimo de 23,6% no 2º trimestre de 2020 em relação ao 2º trimestre de 2019. Adicionalmente, houve redução nas alienações de ativos não financeiros (67,2%) e aumento no consumo de capital fixo (2,3%). Como resultado, o investimento líquido em ativos não financeiros passou de um valor negativo de 0,7% do PIB no mesmo período do ano anterior, para um valor negativo de 0,4% do PIB. Como resultado desses fluxos a necessidade líquida de financiamento do Governo Geral passou de 5,7% do PIB para 27,0% do PIB.

Importante ressaltar que os resultados das Estatísticas Fiscais Trimestrais não substituem outras estatísticas relacionadas às finanças públicas, como as estatísticas fiscais do Resultado do Tesouro Nacional e do Banco Central do Brasil, que observam aspectos metodológicos específicos.

¹ O fluxo de receitas foi classificado pelo conceito de caixa. Do lado das despesas, foi considerado o conceito de despesa liquidada adicionados os pagamentos de restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores, de modo a se criar uma proxy do regime de competência.

Tabela 1 - Demonstrativo de operações do governo geral – Brasil - 2º Trimestre de 2020

Dados em: R\$ Milhões - Valores correntes

Fonte: STN, IBGE e BCB

Demonstrativo de operações - Governo Geral	Governo Central ¹				Governos Estaduais	Governos Municipais	Coluna de consolidação	Governo Geral ²
	Orçamentário	Extraorçamentário	Coluna de consolidação	Governo Central consolidado				
Transações que afetam o patrimônio líquido								
1. Receita	332.298	20.116	n.d.	352.414	213.055	160.507	-171.487	551.249
2. Despesa	764.232	35.375	n.d.	799.607	212.453	166.586	-171.487	1.003.919
<i>d/q 23. Consumo de capital fixo</i>	<i>9.293</i>	<i>0</i>	<i>0</i>	<i>9.293</i>	<i>10.216</i>	<i>9.484</i>	<i>0</i>	<i>28.993</i>
Resultado Operacional Bruto – ROB (1-2+23)	-422.642	-15.258	0	-437.900	10.818	3.405	0	-423.677
Resultado Operacional Líquido- ROL (1-2)	-431.935	-15.258	0	-447.193	602	-6.079	0	-452.670
Transações com ativos não financeiros								
31. Investimento líquido em ativos não financeiros	-4.494	0	0	-4.494	-3.569	1.774	0	-6.288
Capacidade (+) / necessidade (-) líquida de financiamento (1-2-31)	-427.441	-15.258	0	-442.699	4.170	-7.853	0	-446.382
Itens de memorando:								
<i>1. Despesa, excluindo consumo de capital fixo</i>	<i>754.939</i>	<i>35.375</i>	<i>0</i>	<i>790.314</i>	<i>202.238</i>	<i>157.101</i>	<i>-171.487</i>	<i>974.927</i>
<i>2. Aquisição bruta de ativos não financeiros</i>	<i>4.799</i>	<i>0</i>	<i>0</i>	<i>4.799</i>	<i>6.647</i>	<i>11.258</i>	<i>0</i>	<i>22.704</i>
<i>3. Capacidade (+) / necessidade (-) líquida de financiamento primária</i>	<i>-375.549</i>	<i>-15.243</i>	<i>0</i>	<i>-390.792</i>	<i>12.720</i>	<i>-10.448</i>	<i>0</i>	<i>-388.520</i>

Nota1: Informações metodológicas estão disponíveis a partir da página 14.

(1) Composto pelo governo central orçamentário, FGTS e Fundo PIS/PASEP. (2) O resultado consolidado do governo geral exclui as transferências e juros intergovernamentais.

Tabela 2 - Demonstrativo de operações do governo geral – Brasil – 2019/2020

Dados em: R\$ Milhões - Valores correntes

Fonte: STN, IBGE e BCB

Demonstrativo de operações - Governo Geral	2019.II	2020.II	Diferença	Variação %
Transações que afetam o patrimônio líquido				
1. Receita	723.204	551.249	-171.955	-23,78%
2. Despesa	838.312	1.003.919	165.607	19,75%
<i>d/q 23. Consumo de capital fixo</i>	<i>28.341</i>	<i>28.993</i>	<i>652</i>	<i>2,30%</i>
Resultado Operacional Bruto – ROB (1-2+23)	-86.767	-423.677	-336.910	388,29%
Resultado Operacional Líquido- ROL (1-2)	-115.107	-452.670	-337.563	293,26%
Transações com ativos não financeiros				
31. Investimento líquido em ativos não financeiros	-11.942	-6.288	5.654	-47,34%
Capacidade (+) / necessidade (-) líquida de financiamento (1-2-31)	-103.165	-446.382	-343.217	332,69%
Itens de memorando:				
<i>1. Despesa, excluindo consumo de capital fixo</i>	<i>809.971</i>	<i>974.927</i>	<i>164.955</i>	<i>20,37%</i>
<i>2. Aquisição bruta de ativos não financeiros</i>	<i>16.398</i>	<i>22.704</i>	<i>6.306</i>	<i>38,46%</i>
<i>3. Capacidade (+) / necessidade (-) líquida de financiamento primária</i>	<i>-13.105</i>	<i>-388.520</i>	<i>-375.415</i>	<i>-</i>

Nota1: Informações metodológicas estão disponíveis a partir da página 14.

Gráfico 1 - Necessidade de financiamento líquida por esfera de governo – 2019/2020

Dados em: % PIB

Fonte: STN, IBGE e BCB

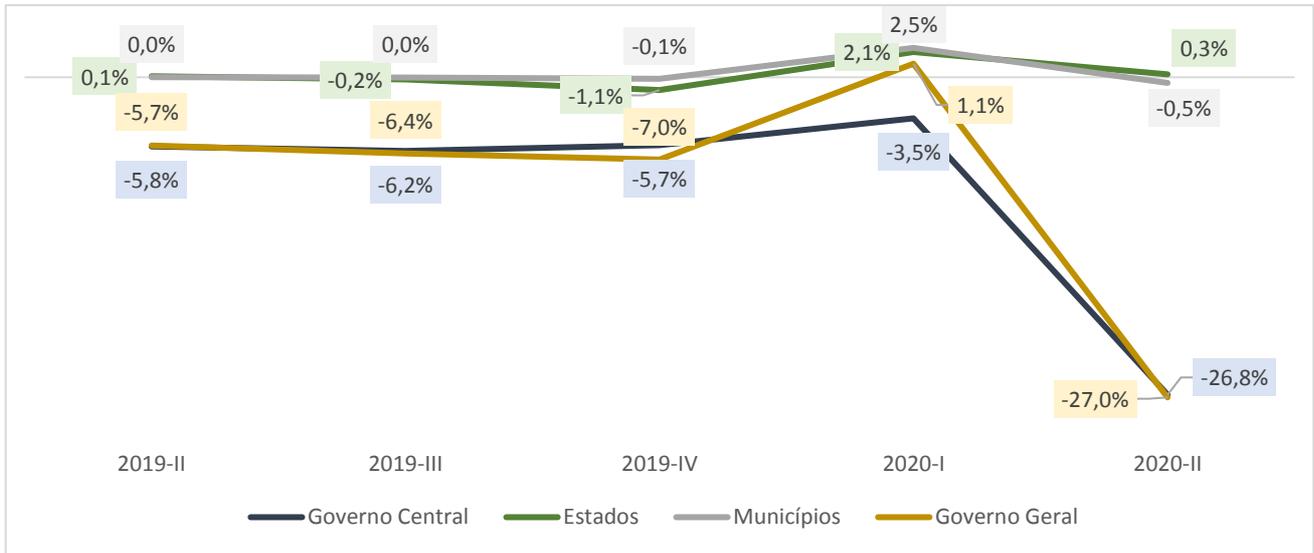
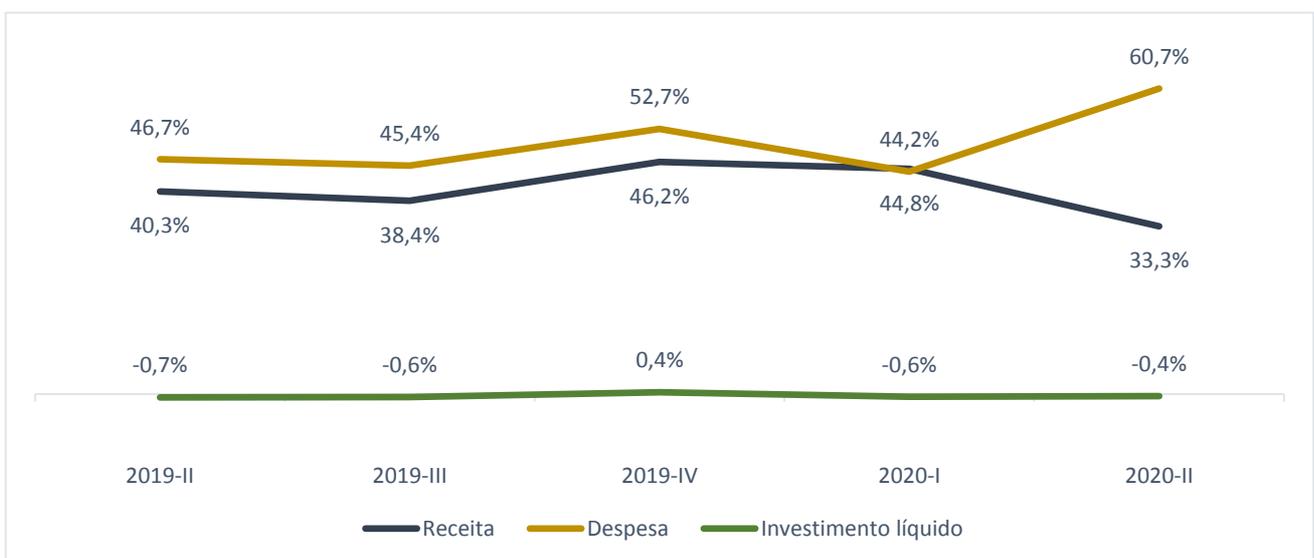


Gráfico 2 - Receitas, despesas e investimento líquido do governo geral – 2019/2020

Dados em: % PIB

Fonte: STN, IBGE e BCB



1. Receitas do Governo Geral

Tabela 3 - Demonstrativo da receita do governo geral – Brasil – 2º Trimestre de 2020

Dados em: R\$ Milhões - Valores correntes

Fonte: STN, IBGE e BCB

Receita do Governo Geral	Governo Central ¹				Governos Estaduais	Governos Municipais	Coluna de consolidação	Governo Geral ²
	Orçamentário	Extraorçamentário	Coluna de consolidação	Governo Central consolidado				
1. Receita	332.298	20.116	0	352.414	213.055	160.507	-171.487	551.249
11. Impostos	174.798	0	0	174.798	118.726	29.660	0	323.184
111. Impostos sobre renda, lucros e ganhos de capital	113.909	0	0	113.909	0	0	0	113.909
112. Impostos sobre a folha de pagamento e a mão de obra	5.135	0	0	5.135	0	0	0	5.135
113. Impostos sobre a propriedade	26	0	0	26	9.395	11.607	0	21.029
114. Impostos sobre bens e serviços	46.279	0	0	46.279	109.330	18.053	0	173.661
115. Impostos sobre o comércio e transações internacionais	9.448	0	0	9.448	0	0	0	9.448
116. Outros impostos	0	0	0	0	2	0	0	2
12. Contribuições sociais	102.496	20.018	0	122.514	13.847	19.995	0	156.356
13. Transferências / Doações	128	0	0	128	70.982	96.112	-162.468	7
14. Outras receitas	54.876	98	n.d.	54.974	9.500	14.739	-9.018	71.702

Nota1: Informações metodológicas estão disponíveis a partir da página 14.

(1) Composto pelo governo central orçamentário, FGTS e Fundo PIS/PASEP. (2) O resultado consolidado do governo geral exclui as transferências e juros intergovernamentais.

Tabela 4 - Demonstrativo da receita do governo geral – Brasil – 2019/2020

Dados em: R\$ Milhões - Valores correntes

Fonte: STN, IBGE e BCB

Receita do Governo Geral	2019.II	2020.II	Diferença	Variação %
1. Receita	723.204	551.249	-171.955	-23,78%
11. Impostos	419.972	323.184	-96.788	-23,05%
12. Contribuições sociais	194.846	156.356	-38.490	-19,75%
13. Transferências / Doações	0	7	7	-
14. Outras receitas	108.387	71.702	-36.684	-33,85%

Nota1: Informações metodológicas estão disponíveis a partir da página 14.

Gráfico 3 - Evolução das receitas por esfera de governo – 2019/2020

Dados em: % PIB

Fonte: STN, IBGE e BCB

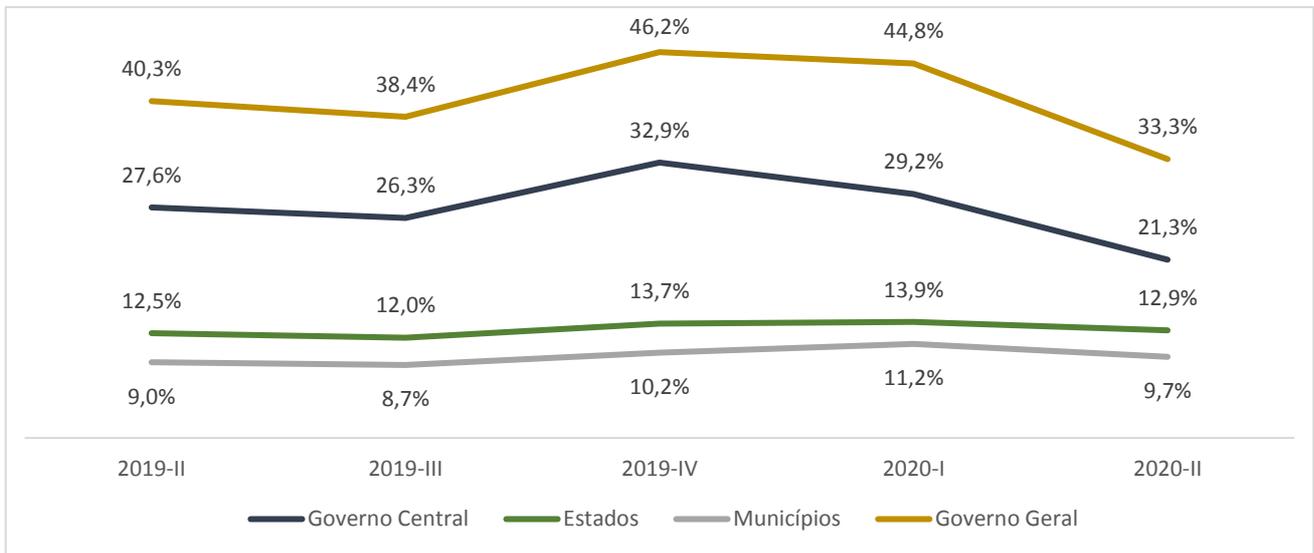
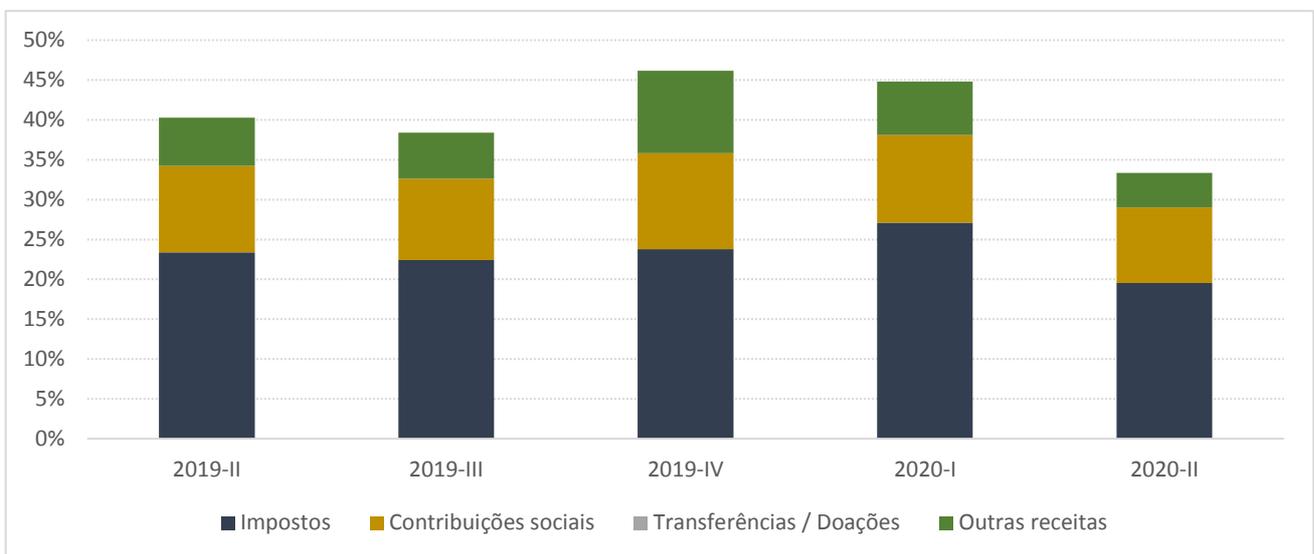


Gráfico 4 - Composição das receitas do governo geral – 2019/2020

Dados em: % PIB

Fonte: STN, IBGE e BCB



2. Despesas do Governo Geral

Tabela 5 - Demonstrativo da despesa do governo geral – Brasil – 2º Trimestre de 2020

Dados em: R\$ Milhões - Valores correntes

Fonte: STN, IBGE e BCB

Despesa do Governo Geral	Governo Central ¹				Governos Estaduais	Governos Municipais	Coluna de consolidação	Governo Geral ²
	Orçamentário	Extraorçamentário	Coluna de consolidação	Governo Central consolidado				
2. Despesa	764.232	35.375	0	799.607	212.453	166.586	-171.487	1.003.919
21. Remuneração de empregados	79.175	0	0	79.175	77.542	78.161	0	234.877
22. Uso de bens e serviços	14.770	4	0	14.774	27.315	52.751	0	94.839
23. Consumo de capital fixo	9.293	0	0	9.293	10.216	9.484	0	28.993
24. Juros	80.550	113	n.d.	80.663	8.846	1.219	-9.018	83.218
25. Subsídios	2.340	0	0	2.340	117	95	0	2.552
26. Transferências / Doações	139.880	0	0	139.880	27.997	207	-162.468	868
27. Benefícios sociais	430.570	35.257	0	465.827	50.021	14.050	0	529.898
28. Outras despesas	7.656	0	0	7.656	10.400	10.619	0	28.675

Nota1: Informações metodológicas estão disponíveis a partir da página 14.

(1) Composto pelo governo central orçamentário, FGTS e Fundo PIS/PASEP. (2) O resultado consolidado do governo geral exclui as transferências e juros intergovernamentais.

Tabela 6 - Demonstrativo da despesa do governo geral – Brasil – 2019/2020

Dados em: R\$ Milhões - Valores correntes

Fonte: STN, IBGE e BCB

Despesa do Governo Geral	2019.II	2020.II	Diferença	Variação %
2. Despesa	838.312	1.003.919	165.607	19,75%
21. Remuneração de empregados	235.224	234.877	-347	-0,15%
22. Uso de bens e serviços	95.037	94.839	-198	-0,21%
23. Consumo de capital fixo	28.341	28.993	652	2,30%
24. Juros	135.527	83.218	-52.309	-38,60%
25. Subsídios	1.685	2.552	867	51,47%
26. Transferências / Doações	283	868	585	206,76%
27. Benefícios sociais	311.539	529.898	218.359	70,09%
28. Outras despesas	30.677	28.675	-2.002	-6,53%

Nota1: Informações metodológicas estão disponíveis a partir da página 14.

Gráfico 5 - Evolução das despesas por esfera de governo - 2019/2020

Dados em: % PIB

Fonte: STN, IBGE e BCB

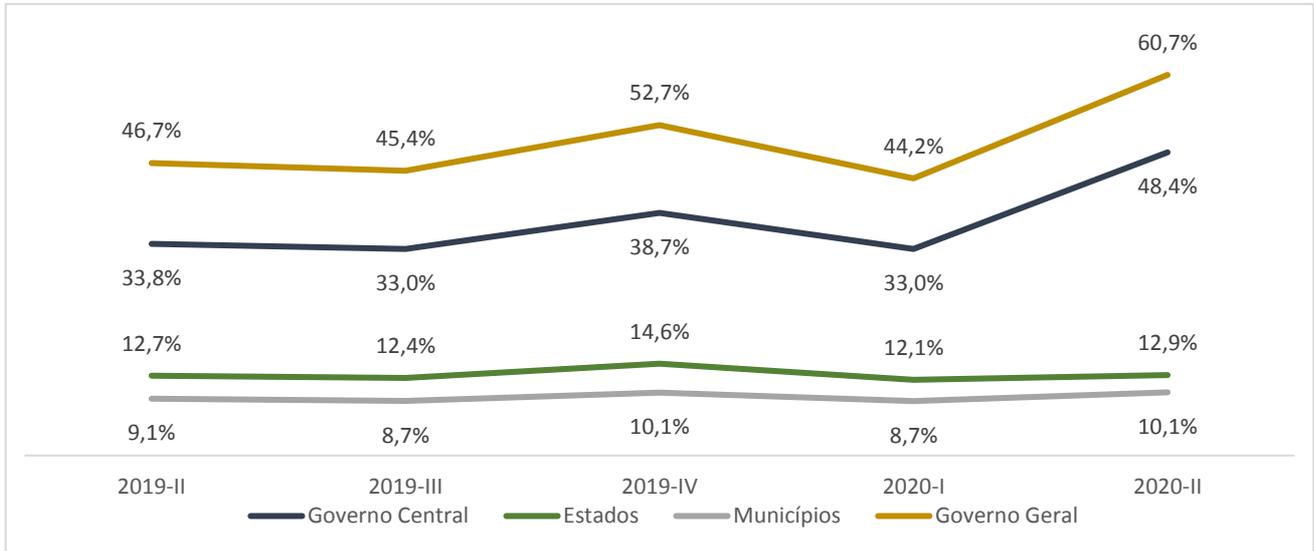
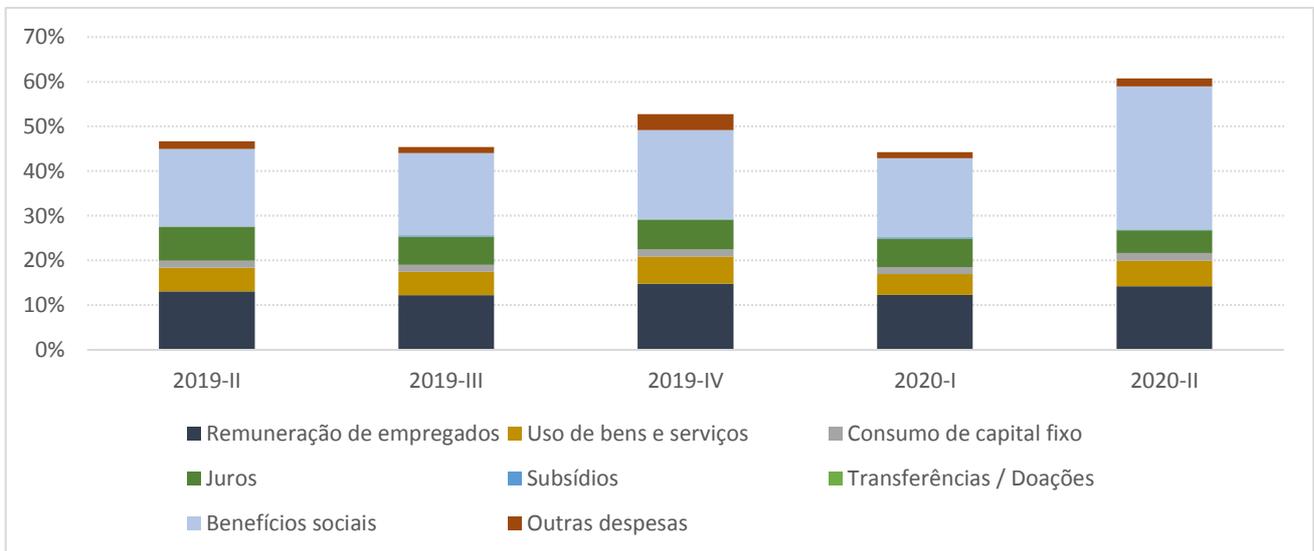


Gráfico 6 - Composição das despesas do governo geral - 2019/2020

Dados em: % PIB

Fonte: STN, IBGE e BCB



3. Investimento líquido do Governo Geral

Tabela 7 - Demonstrativo de transações com ativos não financeiros do governo geral – Brasil – 2º Trimestre de 2020
 Dados em: R\$ Milhões - Valores correntes
 Fonte: STN, IBGE e BCB

Transações em ativos não financeiros do Governo Geral	Governo Central ¹				Governos Estaduais	Governos Municipais	Coluna de consolidação	Governo Geral ²
	Orçamentário	Extraorçamentário	Coluna de consolidação	Governo Central consolidado				
3. Investimento líquido em ativos não financeiros (31-32-33)	-4.494	0	0	-4.494	-3.569	1.774	0	-6.288
31. Aquisição de ativos não financeiros	5.522	0	0	5.522	6.665	11.401	0	23.588
311. Ativos fixos	5.330	0	0	5.330	6.648	n.d.	0	n.d.
312. Estoques	166	0	0	166	16	n.d.	0	n.d.
313. Objetos de valor	4	0	0	4	0	n.d.	0	n.d.
314. Ativos não produzidos	22	0	0	22	0	n.d.	0	n.d.
32. Alienação de ativos não financeiros	723	0	0	723	17	143	0	883
321. Ativos fixos	220	0	0	220	17	n.d.	0	n.d.
322. Estoques	48	0	0	48	0	n.d.	0	n.d.
323. Objetos de valor	0	0	0	0	0	n.d.	0	n.d.
324. Ativos não produzidos	455	0	0	455	0	n.d.	0	n.d.
33. Consumo de capital fixo (ativos fixos)	9.293	0	0	9.293	10.216	9.484	0	28.993

n.d.: não disponível

Nota1: Informações metodológicas estão disponíveis a partir da página 14.

(1) Composto pelo governo central orçamentário, FGTS e Fundo PIS/PASEP. (2) O resultado consolidado do governo geral exclui as transferências e juros intergovernamentais.

Tabela 8 - Demonstrativo de transações com ativos não financeiros do governo geral – Brasil – 2019/2020
 Dados em: R\$ Milhões - Valores correntes
 Fonte: STN, IBGE e BCB

Transações em ativos não financeiros do Governo Geral	2019.II	2020.II	Diferença	Variação %
3. Investimento líquido em ativos não financeiros	-11.942	-6.288	5.654	-47,34%
31. Aquisição de ativos não financeiros	19.092	23.588	4.496	23,55%
32. Alienação de ativos não financeiros	2.693	883	-1.810	-67,20%
33. Consumo de capital fixo (ativos fixos)	28.341	28.993	652	2,30%

Nota1: Informações metodológicas estão disponíveis a partir da página 14.

Gráfico 7 - Evolução do investimento líquido por esfera de governo - 2019/2020
 Dados em: % PIB
 Fonte: STN, IBGE e BCB

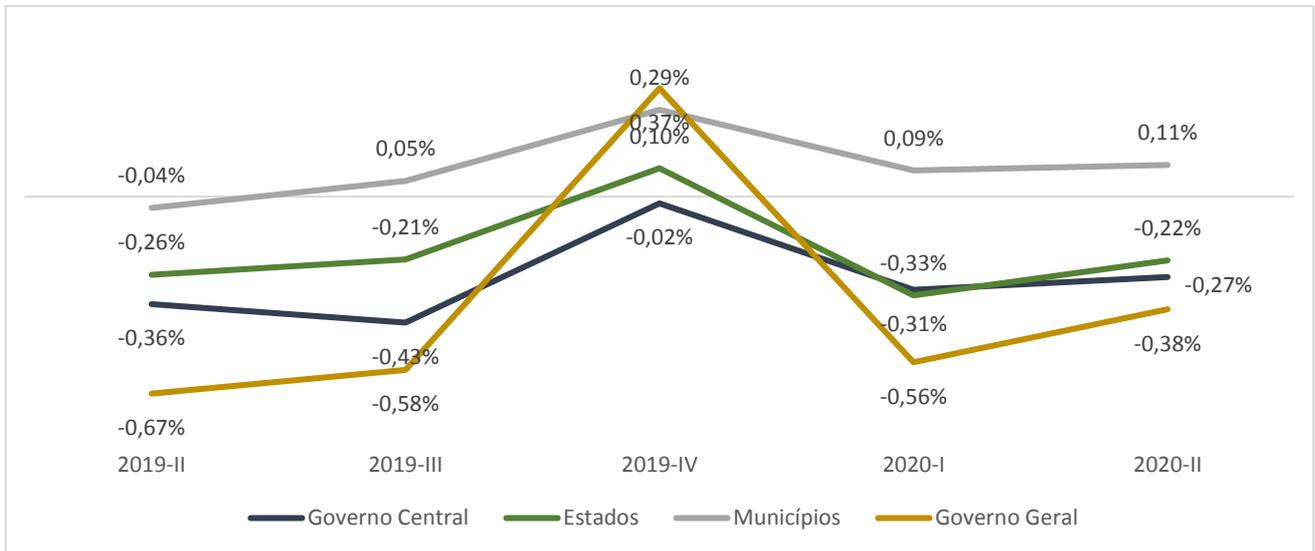
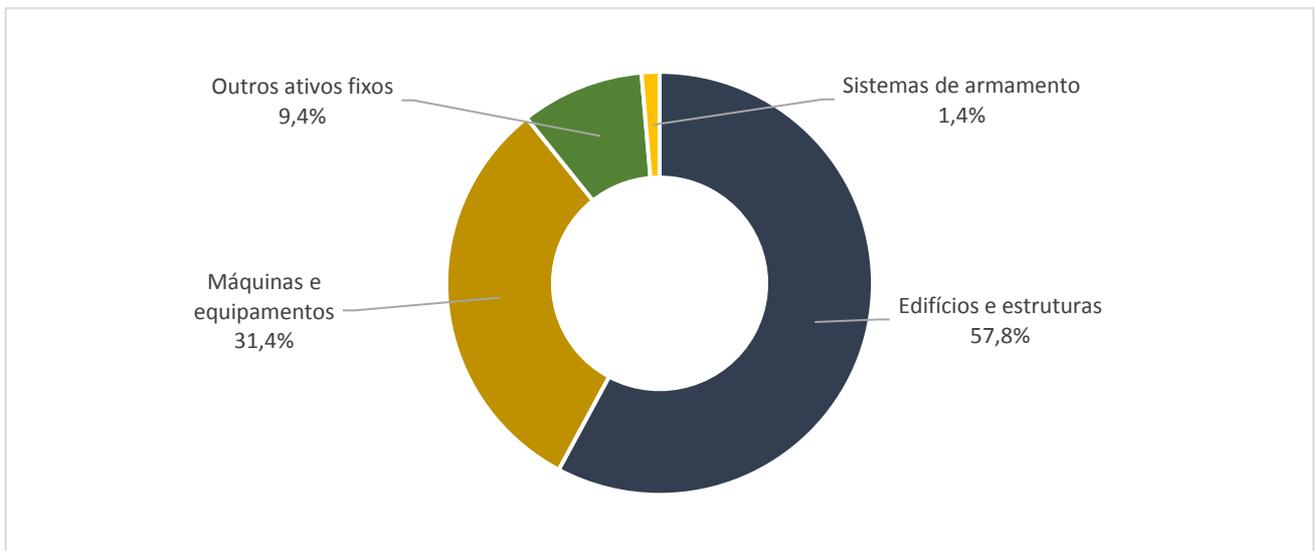


Gráfico 8 - Composição dos ativos fixos (FBCF²) do governo central – 2020.II
 Dados em: % Total
 Fonte: STN, IBGE e BCB



(2) FBCF: Formação Bruta de Capital Fixo.

4. Notas Metodológicas

4.1. Apresentação

Este relatório apresenta as estatísticas de finanças públicas do governo geral (governo central, estados e municípios) com periodicidade trimestral. As informações aqui apresentadas são compiladas e apresentadas de acordo com a metodologia do Manual de Estatísticas de Finanças Públicas de 2014 do Fundo Monetário Internacional-FMI (em inglês, *Government Finance Statistics Manual – GFSM 2014*). Todas as estatísticas são apresentadas na estrutura do Demonstrativo de Operações, que é um resumo das transações do governo apresentando detalhes das receitas, despesas e investimento líquido em ativos não financeiros.

EFP (Estatísticas de finanças públicas) é um conjunto de conceitos e princípios desenvolvidos pelo FMI com o objetivo de proporcionar um arcabouço conceitual que facilite a análise da política fiscal e possibilite quantificar as ações do governo. As EFP são uma representação econômica da atividade financeira do governo.

As informações são compiladas no âmbito dos Acordos de Cooperação Técnica firmados entre STN e IBGE e STN e IPEA, com o objetivo central de aperfeiçoar as estatísticas fiscais no Brasil no sentido da convergência com os conceitos e metodologias estabelecidas pelo GFSM 2014 do FMI. Neste caso, o objetivo principal é construir agregados econômicos harmonizados internacionalmente – permitindo a comparação entre países – e com o Sistema de Contas Nacionais – possibilitando uma análise mais precisa das relações entre as variáveis fiscais e as econômicas.

Em virtude de questões metodológicas abordadas ao final deste documento, as informações aqui apresentadas correspondem a uma estimativa das finanças do governo geral para o período em análise. Estes números serão revistos e substituídos ao longo dos próximos meses. Os dados definitivos serão apresentados na publicação anual “Estatísticas de Finanças Públicas e Conta Intermediária de Governo”, com periodicidade anual.

4.2. Abrangência

Nesta publicação é considerado o setor institucional governo geral que compreende todas as unidades de governo (central, estadual e municipais) e os fundos de previdência social controlados por essas unidades.

4.2.1. Governo central

O governo central é composto por todas as unidades que integram o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, exceto o Banco Central do Brasil que, dadas suas características, compõe o subsetor de corporações públicas financeiras. Também são considerados dentro do governo central os dados do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), fundo de natureza privada e gestão pública cujos recursos são aplicados nas áreas de habitação, saneamento e infraestrutura urbana cuja principal fonte de receita é a arrecadação compulsória de contribuição a cargo dos empregadores; e o Fundo Remanescente do PIS/PASEP (Programa de Integração Social e Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público).

4.2.2. Governos subnacionais (estados e municípios)

A abrangência dos governos subnacionais obedece a mesma composição estabelecida para o governo central. Merece destaque a questão de Fundos de Previdência Social que conforme critério definido para o subsetor governo central, também são agregados aos respectivos entes.

4.3. Fontes e metodologia

4.3.1. Bases de dados

A fonte primária para a obtenção dos dados do governo central é o Sistema de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI. Foram incluídos como partes integrantes do governo central as contas do FGTS e do fundo remanescente do PIS/PASEP, cuja base de informação são os levantamentos especiais de demonstrativos contábeis do FGTS e do fundo PIS/PASEP.

Já as fontes primárias para obtenção de dados dos estados, dos municípios e do Distrito Federal a partir de 2014 são a base de contas anuais e os relatórios bimestrais do FINBRA, do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro - Siconfi. A partir de 2019 os dados utilizados para os governos estaduais foram extraídos da Matriz de Saldos Contábeis, que consiste em uma grande massa de dados extraída pelos entes da federação diretamente dos seus sistemas contábil-financeiros e encaminhados ao Siconfi. Em casos específicos, foram realizadas consultas aos portais de transparência fiscal ou sítios das secretarias estaduais de fazenda para garantia da consistência das informações com as fontes de dados utilizadas.

Importante destacar que essa base de dados não cobre a totalidade dos municípios do País, uma vez que nem todos os municípios apresentam suas contas ou muitas vezes as apresentam somente aos Tribunais de Contas subnacionais. Além disto, trata-se de uma base informativa e, portanto, sujeita a várias

inconsistências como, por exemplo, o grande número de declarações nulas. Por estes motivos, foram utilizadas técnicas de imputação dos valores do FINBRA, de modo a ampliar a cobertura de municípios, bem como sua complementação com informações provenientes de outras fontes, tais como portais de transparência municipais.

A mesma lógica de ajuste acima descrita foi adotada na fonte primária dos dados de estados, apesar de nesse caso em especial não ter sido necessária a imputação dos dados faltantes, uma vez que a base primária dos Estados contempla todo o universo de interesse.

Para a construção da base de dados de estados e municípios com periodicidade trimestral foi realizado um acordo de cooperação com o IPEA para o desenvolvimento da metodologia adotada que tem como suas principais características o uso de técnicas estatísticas que: (i) estimam os valores de despesas e receitas da totalidade dos municípios; (ii) transformam os dados anuais em trimestrais; e (iii) estimam os trimestres recentes enquanto os dados anuais ainda não são publicados.

Um ajuste adicional realizado foi o acréscimo nas receitas de contribuições sociais dos valores líquidos de contribuições patronais para financiamento do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS. Esse procedimento se fez necessário devido à necessidade de se equilibrarem os valores entre as despesas com contribuições sociais dos empregadores do Plano de Seguridade Social do Servidor - PSS e as receitas de contribuições ao empregador.

Outra fonte complementar de informação são as informações de receitas e despesas de juros das três esferas de governo em análise. Como o Banco Central do Brasil é o órgão responsável pela produção e disseminação de estatísticas sob a ótica de financiamento, os dados destas contas são fornecidos diretamente pelo Banco. Destaca-se, como exceção, a obtenção (via FINBRA) das receitas de juros dos municípios brasileiros para o período estudado nesta publicação, além dos dados de receitas e despesas de juros das fontes complementares do FGTS e do fundo PIS/PASEP.

Por fim, os valores de consumo de capital fixo do governo geral e as contribuições sociais imputadas para o governo central foram calculadas e fornecidas pelo IBGE e adotadas pela Secretaria do Tesouro Nacional.

4.3.2. Base de registro

O fluxo de receitas de todas as esferas foi classificado pelo conceito de caixa, ainda que o GFSM 2014 determine a adoção de critério de competência. Do lado das despesas, foi considerado para todas as esferas o conceito de despesa liquidada, que representa o total empenhado e liquidado pelas unidades executoras dos respectivos entes. Cabe destacar ainda que às despesas liquidadas foram adicionados os

pagamentos de restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores de modo a se criar uma proxy do regime de competência, uma vez que esse tipo de restos a pagar ao serem pagos foram, em algum momento, obrigatoriamente liquidados.

O GFSM 2014 também inclui o Demonstrativo de Fontes e Usos de Caixa no qual as estatísticas de fluxos devem ser apuradas no regime de caixa. Este demonstrativo tem como objetivo medir o impacto das operações de governo sobre a demanda agregada.

4.3.3. Consolidação

Consolidação é um método de apresentação das estatísticas fiscais que implica tratar um conjunto de unidades como se uma única unidade fosse. Todas as transações cruzadas devem ser eliminadas para efeito de consolidação em um nível maior de agregação, com destaque especial para as contas contábeis relativas a transferências e juros.

Apesar de esse ser o tratamento preconizado pelo GFSM, dificilmente os distintos setores registram corretamente todas as transações envolvendo as diferentes partes, o que obriga o compilador de estatísticas fiscais a adotar procedimentos específicos para tratamento dos dados. Uma das premissas adotadas no presente trabalho e que tem amparo em manuais metodológicos internacionais, foi considerar que os registros contábeis efetuados pelas esferas superiores são mais consistentes e confiáveis que os feitos pelas outras esferas. Nesse sentido, o registro feito pela União é mais fidedigno que os realizados pelos estados, os quais, por sua vez, realizam registros mais consistentes que os efetuados pelos municípios.

Cabe destacar que ao seguir essa regra, alguns registros realizados pelas esferas inferiores são desconsiderados e novos valores são imputados em seus lugares, o que resultaria em um impacto fiscal caso nenhum outro tratamento fosse realizado. Assim, uma outra premissa adotada para os dados de Estatísticas de Finanças Públicas foi a de que não deveria haver impacto no resultado fiscal quando da realização dos ajustes de consolidação. Ou seja, partiu-se do pressuposto de que as esferas subnacionais realizam todos os seus registros contábeis, mesmo que de maneira não aderente às melhores práticas de contabilidade.

4.4. Indicadores GFS

4.4.1. Demonstrativo de Operações

Dois importantes resultados analíticos derivam do Demonstrativo de Operações do Governo. São eles:

- a) Resultado Operacional Líquido: corresponde a receita menos despesa. É um indicador sintético da sustentabilidade corrente das operações do governo e capta todos os custos correntes de operações governamentais. Deve-se notar que o resultado operacional líquido, tal como definido aqui, exclui ganhos e perdas resultantes de variações dos níveis de preço e outras variações do volume de ativos.
- b) Resultado Operacional Bruto: difere do resultado operacional líquido por não incluir o consumo de capital fixo como despesa.
- c) Capacidade / necessidade líquida de financiamento: corresponde ao resultado operacional líquido deduzido da aquisição líquida de ativos não financeiros. É um indicador sintético que revela a medida em que o governo coloca recursos financeiros à disposição de outros setores da economia ou utiliza os recursos financeiros gerados por outros setores. Pode, portanto, ser visto como indicador do efeito financeiro da atividade governamental sobre o resto da economia. Excluindo-se as receitas e despesas de juros obtém-se o indicador de capacidade / necessidade líquida de financiamento primária.

4.4.2. Demonstrativo de Fontes e Usos de Caixa

O Demonstrativo de Fontes e Usos de Caixa evidencia a quantia total de caixa gerada ou absorvida por operações correntes; transações com ativos não financeiros; e transações envolvendo ativos e passivos financeiros distintos do próprio caixa. A variação líquida da posição de caixa do governo é a soma do caixa líquido recebido dessas três fontes. As informações a respeito das fontes e usos de caixa são importantes para se avaliar a liquidez do setor governo geral. O indicador fornecido por este demonstrativo é:

- a) Superávit / Déficit de caixa: é um indicador que evidencia a necessidade de fluxo de caixa de um setor. Quando é superavitário reflete a disponibilidade de caixa que está disponível para o governo para aumentar seus ativos financeiros ou diminuir o seu passivo. Quando é deficitário, reflete a necessidade de caixa do governo. Excluindo-se as receitas e despesas de juros obtém-se o indicador de superávit / déficit de caixa primário.

Embora o Demonstrativo de Fontes e Usos de Caixa não esteja disponibilizado neste boletim, seus dados estão disponíveis a partir do portal do Tesouro Nacional, no seguinte endereço:

<https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/estatisticas-fiscais-do-governo-geral>

4.5. Revisões

As revisões serão realizadas a cada trimestre, conforme necessário, como resultado de atualização de base de dados, correções e tratamentos metodológicos.

Principais revisões/alterações metodológicas:

Em 2017 foi realizado ajuste metodológico em relação ao tratamento conferido ao Fundo Constitucional Distrito Federal - FCDF que, anteriormente, era incorporado nas despesas do governo central. Os valores das despesas do FCDF passaram a ser registradas no âmbito dos governos estaduais, com o correspondente registro de transferência do governo central.

Em 2018 foi incluído o tratamento para despesas do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), que passam a ser incorporadas como transferência de capital às famílias (despesa do governo central orçamentário), correspondente ao índice de inadimplência da carteira (superior a 360 dias) aplicado sobre o volume corrente de desembolsos dos financiamentos em contratos sem garantia do Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo (FGEDUC) ou do Fundo Garantidor do Fies (FG-Fies), ambos fundos de natureza privada com patrimônio constituído.

Em 2019, visando o alinhamento às práticas internacionais de finanças públicas, se promoveu a alteração do registro do Imposto sobre a Renda e Proventos arrecadado pelos estados e municípios para o Governo Central. Esta alteração busca atender orientação expressa no GFSM 2014 §5.34, que indica que o imposto deve ser atribuído à unidade de governo que exerce a autoridade para impor o imposto e definir suas alíquotas. Por se tratar de imposto de competência federal, conforme estabelece o inciso III do Art. 153 da Constituição Federal, o atendimento da recomendação indica o registro na esfera federal. Até o momento essa arrecadação era mantida nas esferas subnacionais, conforme os valores registrados no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro - SICONFI.

Para adequar os lançamentos desta arrecadação foram realizados os seguintes ajustes: 1) na esfera federal os valores das arrecadações de estados e municípios foram lançados como receita de impostos sobre a renda e o mesmo valor como despesa de transferência intergovernamental; 2) nos estados e municípios os valores arrecadados foram reclassificados de impostos sobre a renda para receita transferências intergovernamentais. Esta alteração metodológica não gera impacto nos saldos das tabelas de finanças públicas.

4.6. Comparações com outras estatísticas fiscais

Os resultados aqui apresentados não substituem e nem se confundem com outras estatísticas relacionadas às finanças públicas, como, por exemplo, as estatísticas fiscais divulgadas no Resultado do Tesouro Nacional (RTN), que observam aspectos metodológicos específicos.

O RTN, publicado mensalmente desde 1995, foi estruturado com base no GFSM 1986. Este manual tinha como objetivo ajudar os países membros na compilação de informações estatísticas, facilitando a análise

das operações dos governos e o impacto econômico de suas atividades. As estatísticas de finanças públicas aqui apresentadas são elaboradas de acordo com a metodologia definida GFSM 2014. Uma vez que se baseiam em edições diferentes do manual, existem diferenças conceituais entre as duas publicações.

Da mesma forma as estatísticas dos governos subnacionais apresentadas neste boletim não se confundem com as informações contidas no “Boletim de Finanças Públicas dos Entes Subnacionais” que são produzidas no âmbito do Programa de Ajuste Fiscal (PAF), cujo principal objetivo é verificar o cumprimento das metas estabelecidas nos Programas de Ajuste estabelecidos como decorrência do processo de Renegociação das Dívidas dos estados. Assim, o objetivo principal desta base de dados é fornecer informações que permitam à STN avaliar a sustentabilidade da trajetória do endividamento dos estados.

4.7. Fontes externas e publicações relacionadas

Base de dados:

<https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br/estatisticas-fiscais-e-planejamento/estatisticas-fiscais-do-governo-geral>

Publicação “Estatísticas de Finanças Públicas e Conta Intermediária de Governo”:

<https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br/estatisticas-fiscais-e-planejamento/estatisticas-fiscais-do-governo-geral>

Manual de Estatísticas Fiscais: <https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/manual-de-estatisticas-de-financas-publicas-mefp/2015/30>

Government Finance Statistics Manual 2014:

<http://www.imf.org/external/Pubs/FT/GFS/Manual/2014/gfsfinal.pdf>